

A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS E A ATUAÇÃO DE LOURENÇO FILHO (1947-1950): A ARTE DA GUERRA

Deane Monteiro Vieira Costa

Doutoranda em Educação
PPGE/CE/UFES), bolsista CAPES
deane_vieira@ig.com.br.

Gilda Cardoso de Araujo

PPGE/CE/UFES
gilda.vix@terra.com.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a primeira fase do desenvolvimento da CEAA (1947-1950) em sua articulação com o ideário político e ideológico do período. A escolha do período decorre da participação decisiva do Professor Lourenço Filho na direção geral dos trabalhos. Como base teórica fundamenta-se em textos produzidos por pesquisadores com importantes interfaces nos campos da história da educação e da política educacional brasileira. Conclui que o ideário da segurança nacional marcava a atuação de Lourenço Filho em sua produção discursiva, como diretor geral da CEAA, a primeira iniciativa do Governo Federal quanto à formulação de políticas para redução do analfabetismo.

Palavras-chave: CEAA; Lourenço Filho; política de educação de jovens e adultos.

INTRODUÇÃO

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi a primeira iniciativa governamental para a educação de jovens e adultos no Brasil. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947, tinha por objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais. Foi organizada uma ampla estrutura administrativa apta a mobilizar nos estados da federação recursos administrativos, financeiros, pedagógicos e doutrinários. A União teve um forte papel indutor, cabendo às unidades federadas a contratação de docentes, instalação das classes, matrícula dos alunos e supervisão das atividades desenvolvidas.

Esse trabalho tem por objetivo analisar a primeira fase do desenvolvimento da CEAA (1947-1950) em sua articulação com o ideário político e ideológico do período. A escolha do período decorre da participação decisiva do Professor Lourenço Filho na direção geral dos trabalhos e do fato de ser a fase de implantação da campanha, período de maior fôlego da mesma em termos de políticas educacionais. (BEISIEGEL, 2004).

O texto foi dividido em três partes. Na primeira buscamos contextualizar o movimento centralizador pós Revolução de 1930 e seu acirramento após 1935, relacionando esse momento à configuração de um projeto político e ideológico do Exército Brasileiro que passou a situar a educação não mais como um problema nacional, mas sim como um problema de “segurança nacional”. A partir dessa análise e mediante alguns documentos oficiais da primeira fase da

CEAA, discutimos o quanto a produção discursiva do diretor Geral da CEAA, Lourenço Filho, estava imbuída do ideário de educação entendida como segurança nacional, indicando o quanto esse ideário pode ter se feito presente na campanha. Por fim, as considerações finais apontam que os ideários salvacionistas, patrióticos, ligados à idéia de nacionalidade ainda se configuram como permanências históricas na formulação e implantação das políticas de Educação de Jovens e Adultos.

MOMENTOS E MOVIMENTOS QUE ANTECEDERAM À IMPLANTAÇÃO DA CEAA: CENTRALIZAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL

A Revolução de 1930 marca o início de uma etapa decisiva na formulação da atuação do poder público no Brasil, e uma das características básicas desse processo é a tendência à centralização da vida política e administrativa do país. Os problemas que até então se circunscreviam às esferas estaduais do poder como “[...] os da educação popular; entre muitos outros – [são] examinados, agora, sob uma perspectiva mais ampla, se definem como problemas nacionais”. (BEISIEGEL, 2004, p.80).

Esse impulso centralizador implicaria profundas mudanças na estrutura jurídica e política do Estado: as instituições existentes se reorganizaram e ganharam novas dimensões: criaram-se inúmeros outros órgãos técnicos e administrativos, nas diferentes áreas de atividade do poder público. Com efeito, logo em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930).

Na década anterior à criação desse ministério, dada a quase inexistência de uma organização de uma educação nacional e pública no país, havia um amplo espaço para um movimento em prol da educação – o movimento da Escola Nova “[...] onde as eventuais diferenças de orientação não tiveram tanta relevância quanto os esforços de, uma forma ou outra, levar a educação ao povo”. (SCWARTZMAN; BOMENY, 1984, p.52).

O movimento da Escola Nova se tornou conhecido a partir das reformas educacionais a em vários estados ¹ durante as décadas de 1920 e 1930. Manoel Bergström Lourenço Filho, diretor geral da CEAA de 1947 a 1950, foi responsável pela reforma do Ceará na década de 20, foi também diretor-geral do Ensino Público em São Paulo na década de 30 e um dos líderes de maior expressão desse movimento no país. Na condição de organizador da Campanha, era um dos principais personagens dos meios educativos brasileiros se encarregando de teorizar sobre a educação de jovens e adultos (PAIVA, 1983, p.184).

Além da centralização quanto à organização da educação nacional, da influência escolanovista entendida como forma de organizar o ensino e da presença do intelectual Lourenço Filho, havia todo um contexto favorável à implantação da CEAA como uma medida mais sistemática e orgânica por parte do Estado no combate ao analfabetismo. O Censo Populacional de 1940 mostrou que 56% da população maior de 15 anos era analfabeta. Junto a isso o País saía de um cenário eminentemente rural para um incipiente, mas acelerado, processo de industrialização e urbanização.

A esse contexto e a esse cenário se junta uma visão nacionalista (patriótica) e higienista do problema do analfabetismo, tido como uma “disfunção”, “uma anomalia social”, com uma influência muito grande dos médicos indicando que o analfabeto e o analfabetismo seriam chagas nacionais, responsáveis pela miséria do país e pela impossibilidade ou dificuldade de desenvolvimento econômico, sobretudo no meio rural.

Além disso, o País estava redemocratizando suas instituições jurídicas e políticas após o Estado Novo, de forma que os partidos estavam se organizando e o voto era importante instrumento de consolidação dos mesmos, sendo necessário aumentar o contingente de eleitores aptos ao voto (alfabetizados). Isso não significou, evidentemente, uma preocupação com uma educação que fornecesse os aspectos essenciais para o exercício crítico na vida política do País e a educação de jovens e adultos chegou mesmo a ser criticada como forma de “... ensinar a assinar o nome para se obter o título de eleitor, ‘ferrar o nome’, como Paulo Freire criticou mais tarde”. (FÁVERO, 2010, p.3).

Entretanto, a dimensão simbólica do Estado Novo ainda se fazia presente no ideário educacional. Gomes (1982) sinaliza que, embora o Estado Novo não possa ser considerado como portador de uma doutrina oficial, há um conjunto de idéias centrais que se configurava num determinado projeto político e ideológico. Esse projeto remete-se a uma inspiração hobbesiana, como se a Primeira República e o liberalismo formal que lhe serviu de base, tivessem jogado a sociedade brasileira num verdadeiro estado da natureza, com a excessiva valorização das instituições, mas pouco contato com a realidade do povo. Assim, desse estado da natureza/estado de guerra teria emergido a Revolução de 1930 cuja culminância seria o Estado Novo, ou seja, a presença de um Estado soberano capaz de ordenar a sociedade brasileira, inserindo-a na ordem civil (HOBBS, 2002).

Nesse cenário, a questão da nacionalidade ganhou proeminência, tendo em vista que legítimo seria o governo que se voltasse para os problemas nacionais, enfrentando e promovendo a superação do estado de carência (estado da natureza/estado de guerra e de desordem civil) em que vivia o povo brasileiro (GOMES, 1982).

Ademais, Horta (1994) destaca a partir de 1930, especialmente a partir de 1935, a educação passou a ser considerada de um problema nacional para um problema de segurança nacional, mantendo uma forte vinculação com a saúde na perspectiva do fortalecimento da raça e com a religião na perspectiva do ensino religioso e, mais tarde, do civismo e do patriotismo.

Dessa forma, os militares interferiram na educação para adequá-la ao propósito de segurança nacional. Com efeito, após a Primeira Guerra Mundial o conceito de “guerra militar” cedeu ao conceito de “guerra total” no Exército Brasileiro. Isso significava que toda a organização nacional deveria adaptar-se às condições de guerra, entendida como preparação da mobilização nacional estendida a todas as atividades do país, inclusive à educação. A difusão da ideologia nacionalista, o disciplinamento das novas gerações e a preparação moral para a guerra, na perspectiva da mobilização nacional, seriam tarefas precípuas da educação, segundo o Exército Brasileiro. (HORTA, 1994).

Nesse contexto e com esses movimentos políticos e ideológicos a CEAA foi concebida como a primeira campanha oficial de caráter nacional para o “combate” ao analfabetismo. Mediante alguns documentos da CEAA em sua fase inicial pudemos identificar elementos do conjunto doutrinário e político erigido pelo Exército Brasileiro para a política educacional após 1935, apontando para a permanência e consolidação do conceito de “segurança nacional” no período de “redemocratização”. Também é possível apontar que o próprio idealizador da CEAA e diretor geral da mesma, Lourenço Filho, estava imbuído desse conjunto doutrinário e político, utilizando-o largamente em sua produção acadêmica e discursiva.

A GUERRA CONTRA O ANALFABETISMO: A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS (CEAA) E A ATUAÇÃO DE LOURENÇO FILHO

A evolução da Campanha apresentou duas etapas. A primeira, cujos limites coincidem com a permanência do professor Lourenço Filho na direção-geral dos trabalhos, conforme já apontado neste texto, estendeu-se de 1947 a 1950. Essa primeira fase da CEAA é destacada por Fávero (2010, p.3) no que se refere à sua abrangência na medida em que;

[...] teve grande penetração em praticamente em todos os estados da federação. Com firme coordenação Lourenço Filho, estabeleceu convênios com muitas secretarias dos estados e municípios. Não se limitou a atuar nas capitais, atingiu muitas cidades do interior. Significou, ao mesmo tempo um movimento de alfabetização de adultos e um movimento de extensão da escolarização do meio rural.

Segundo o Relatório do Serviço de Educação de Adultos de 1950, no período de 1947 a 1950, o movimento de ensino supletivo através da CEAA, foi planejado com a finalidade de atender dois objetivos centrais:

- o de estender a ação da escola primária a vários milhões de brasileiros, de ambos os sexos, adolescentes e adultos, que não sabiam ler;
- o de influir na conjuntura cultural do país, de tal modo que os problemas de educação popular passassem a ser percebidos em toda a extensão e gravidade, inclusive nos grandes grupos de analfabetos da população ativa (BRASIL, 1950 p.74).

No que diz respeito ao primeiro objetivo, ou seja, a alfabetização de adolescentes e adultos, a implantação da nova rede de escolas supletivas feitas pela CEAA foi acompanhada de uma série de providências com a finalidade de garantir orientações e instruções para padronizar os trabalhos docentes nos estados, nos municípios e no Distrito Federal, bem como dos colaboradores voluntários da iniciativa privada, das entidades paraestatais e dos órgãos oficiais.

O setor de Orientação pedagógica do Serviço de Educação de Adultos (SEA), do Ministério da Educação e Saúde, elaborou um currículo especial - cartilhas, jornais, folhetos e textos para serem distribuídos em larga escala, por todos os cursos do país. Entre todas as publicações editadas pelo Ministério, o Primeiro Guia de Leitura (Ler), aparecia como um importante material pedagógico.

Elaborado por uma comissão composta pelas professoras Dulce Kanitz Vicente Viana, Orminda Isabel Marques e Helena Madroni, esse guia de leitura resultou de estudos realizados no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) de 1942 a 1945, sobre o vocabulário médio do adulto, tabulação de palavras e sílabas e o sistema de ensino de adultos do Dr. Franck Laubach (missionário protestante norte americano reconhecido em 1938 como um dos maiores pesquisadores da aprendizagem de adultos). (COSTA, 1995).

De acordo com COSTA (1995, p.09):

O sistema Laubach consistia na compreensão da psicologia do adulto, de textos adequados à sua leitura, na aprendizagem por silabação, mediante a análise de palavras-chaves, no uso de pequenos desenhos e pequenas frases. Estava, pois, baseado no método analítico ou de sentencição. Para Laubach, os objetivos do ensino da leitura para o adulto deveriam levá-lo a aprender sílabas de forma fácil e agradável.

A dificuldade encontrada pelo Serviço de Educação de Adultos foi a reprodução deste material nas principais gráficas do Rio de Janeiro e São Paulo, até o início de abril de 1947, num volume de quinhentos mil exemplares. Por isso, o Departamento Nacional de Educação (DNE), “[...] resolveu imprimir somente a parte inicial do guia de leitura com 32 páginas. Quanto à distribuição, o DNE contou com o Ministério da Guerra para o transporte aéreo para os estados (COSTA, 1995), o que confere o caráter de operação militar, civismo e patriotismo no combate ao analfabetismo, tido como “inimigo nacional”.

Uma visão patriótica dominava as ações e as orientações da equipe técnica do Departamento de Serviço de Educação de Adultos (SEA) do Ministério da Educação e da Saúde, isso pode ser notado nos pronunciamentos e textos produzidos pelo setor. A exaltação e propagação de campanhas contra o analfabetismo ocorridas em outros países que tiveram êxito foi uma forma de inculcar nos cidadãos responsabilidades diante da luta e a crença no desenvolvimento da nação.

Um exemplo desse tipo de campanha foi a do México. Lourenço Filho (1961) realizou um trabalho sobre o ensino e a educação rural no México que fornece pistas de que a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no Brasil, da qual foi diretor geral, recebeu grande influência teórica e estratégica dessa experiência que teve início na década de 20.

Lourenço Filho defendia a necessidade de elaborar uma Campanha, no sentido de organizar uma série de operações militares contra forças inimigas:

[...] no sentido figurado, que designa conjunto de esforços, continuados e sistemáticos, para a consecução de um mal determinado. Como o ensino supletivo, visa extinguir um mal, um adversário, que é a ignorância popular, e como esse mal exige o esforço de muitos, e esforço que há de ser desenvolvido em séries de operações, de crescente complexidade, o nome da campanha não lhe fica mal. (LOURENÇO FILHO, 1950, p.08)

Ocorre que a palavra “campanha”, tomada à terminologia da guerra, faz sugerir também algumas daquelas nobres e viris qualidades da ação militar: o ímpeto e a bravura pessoal,

a noção de responsabilidade na execução de qualquer missão, o espírito de solidariedade nos fins e de precisa coordenação nos meios, valores inculcados durante o curso ministrado aos professores que trabalhavam na Campanha, nas instruções elaboradas pelo setor de orientação pedagógica da CEAA destinadas também aos professores e aos voluntários que acompanhavam o Primeiro Guia de Leitura (LER), que foi importante instrumento de orientação dos trabalhos do ensino supletivo da Campanha.

Além do termo “campanha” Lourenço Filho, ainda tomava duas expressões da “arte da guerra” para ajustar aos trabalhos desenvolvidos na obtenção dos fins sociais e individuais visados no empreendimento – “estratégia” e “tática”. E definia “[...] estratégia é a parte da arte militar que trata das operações e movimentos de um exército até chegar à presença do inimigo. Tática é a arte de dispor e de empregar os elementos de ação no terreno, ou em cada lugar em que tenha de combater”. (LOURENÇO FILHO, 1950, p.08).

Mediante essas definições Lourenço Filho, afirmava que a Campanha de Educação de Adultos necessitava de uma estratégia, a fim de que pudesse ser levado o ensino ao povo, ou a fim de que pudesse ser defrontado o “inimigo” (no caso um inimigo interno) – o analfabetismo- destacando a “permanente” necessidade de recursos táticos e sugerindo que os professores, como “combatentes” precisariam saber utilizar bem os meios de ação para que pudessem “destróçar o inimigo”.(LOURENÇO FILHO,1950, p.08).

Por isso, ele se preocupou em apresentar durante o curso, a Campanha e como ela estava organizada a fim de levar as forças ao inimigo, ou seja, para levar o ensino ao povo. Sendo assim, a primeira atuação seria a do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, responsável pela organização do ensino supletivo, a ser posto em prática com a colaboração dos estados, territórios e Distrito Federal, “[...] e de modo a alcançar todos os municípios do país. Por todos os municípios o inimigo está presente: a todos os municípios seria preciso, portanto levar as forças de operação, isto é, os cursos de ensino supletivo”. (LOURENÇO FILHO, 1950, p.09). Note-se que, assim como o comunismo era considerado um inimigo interno, o analfabetismo também o era e, para “combater” esse inimigo todos os esforços “bélicos” deveriam ser envidados.

Mas os planos estratégicos não ficaram apenas no aspecto governamental da Campanha. De acordo com Lourenço Filho, para ser completa a atuação da Campanha, deveria apelar também para o povo, como foi feito. Desta forma defendia que a Campanha deveria estimular e coordenar a cooperação popular,

[...] necessária para maior intensidade da luta, a fim de que se avivasse a consciência pública em relação ao problema, e para que, enfim, se visasse uma sadia atmosfera democrática ao redor dela. Foi por isso, lançada a idéia de um “voluntariado”, no qual poderiam e podem, em qualquer tempo, incorporar-se quaisquer associações, igrejas, escolas já existentes, emprêsas, ou simples particulares” (LOURENÇO FILHO ,1950, p.09).

Assim, Lourenço Filho apontava o que seria necessário para ser um voluntário:

a) informar-se sobre a Campanha, e falar dela (bem ou mal) mas falar, discuti-la com os conhecidos, com os amigos, a fim de despertar interesse público em relação a ela; b) aconselhar adolescentes e adultos analfabetos, seus conhecidos, que procurem os cursos abertos e que os frequentem; c) ensinar a um, a dois, a três ou mais analfabetos seus empregados, seus vizinhos, ou seus amigos; d) influir nas associações, igrejas, escolas a que pertençam, para que criem os seus próprios cursos ou escolas; e no caso de poderem e assim os desejarem, que paguem um professor para isso (LOURENÇO FILHO, 1950, p.09).

Para Lourenço Filho, a denominação Campanha fazia sentido, pois se tratava de um grande movimento de educação popular que contava com a cooperação das várias esferas do poder público e do próprio povo. Desta forma, a Campanha de educação de adultos e adolescentes seria uma obra de “defesa nacional” “[...] porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor no seu próprio lar, e na sociedade, em geral”. (LOURENÇO FILHO, 1950, p.05).

As justificativas, as razões e os termos (Campanha, Estratégia, Tática, Obra de Defesa Nacional e outros) tomados por Lourenço Filho com relação à CEEA nos documentos oficiais e também apresentados neste curso que foi compilado em livro, nos permitem relacionar a influência do ideário militar na elaboração e justificativa de políticas nacionais educacionais brasileiras.

Essa crença já permeava a produção discursiva de Lourenço Filho, pois em 1939, como diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, fez uma conferência na Escola do Estado Maior do Exército sobre Educação e Segurança Nacional, tratando de encontrar os pontos de união entre os dois ideais. De acordo com Lourenço Filho (2002, p.60): “Na evolução das instituições sociais”, dizia ele, “ou elas se harmonizam nos mesmos propósitos e, então, a segurança é comum e comum a educação; ou, ao contrário, as instituições entram em luta pela própria existência e expansão, e os processos educacionais se diversificam para atender ao choque de interesses postos em jogo”.

Desta forma, Lourenço Filho diferenciava os domínios da ação militar e da ação pedagógica, mas ao mesmo tempo demonstrava que as intenções deveriam ser comuns, quanto à ideia de segurança nacional:

A penetração consciente das ideias de segurança, em todo o labor educativo do País, não significa, portanto, nem a tendência para a exaltação guerreira, o que seria desmentir as nossas tradições e ir de encontro ao espírito mesmo da política continental, nem, por outro lado, a abdicação do pensamento e da ação dos órgãos próprios ou das instituições educativas. Há um domínio próprio do pensamento, da técnica e da ação militar. Há também um domínio próprio do pensamento, da técnica e da ação pedagógica. O que se há de reconhecer é que o sentido que os norteiem, a um e outro, seja o da mesma inspiração e para resultados coerentes, em prol da grandeza da Nação, na previsão de sua segurança interna e externa (LOURENÇO FILHO, 2002, p.67).

Dessa forma, Lourenço Filho defendia que toda a educação escolar, inclusive a supletiva, como era o caso da CEEA, deveria homogeneizar a população, a partir da difusão da

imagem da Pátria, dos princípios da preservação da família e do amor ao trabalho através dos rudimentos da geografia e da história com a feição dos sentimentos e ideais coletivos, em que, afinal, o senso da unidade e o da comunhão nacional repousaria a cada nova geração.

Assim, para ele seria um erro pensar que o problema da educação a ser atacado era apenas a de educação de crianças, esquecendo a educação de adolescentes e de adultos. Para ele seria "... preciso fazer uma e outra coisa". (LOURENÇO FILHO, 1950, p.06).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou evidenciar as relações entre a primeira fase da CEAA, sob a direção geral de Lourenço Filho e o ideário político e ideológico de "segurança nacional" difundido pelo Exército Brasileiro a partir de 1930, acirrado a partir de 1935 e consolidado no período pós Segunda Guerra Mundial.

Para tanto discutiu a reformulação da política educacional do período que passou de uma organização extremamente descentralizada para uma organicidade maior com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1931.

Embora reconheçamos a influência do ideário escolanovista (liberais), da Igreja (não abordada nesse trabalho), destacamos a configuração do ideário da segurança nacional e sua influência na atuação de Lourenço Filho tanto na sua produção acadêmica, quanto na sua produção discursiva, como diretor geral da CEAA, a primeira iniciativa do Governo Federal quanto à formulação de políticas para redução do analfabetismo.

A visão patriótica, a similitude com termos, técnicas e estratégias militares, o apelo cívico à participação da sociedade eram traduzidos como iniciativas para combater um inimigo interno tão poderoso quanto o comunismo: o analfabetismo.

O objetivo primordial do combate a esse inimigo era a homogeneização da população e a consolidação da idéia de Pátria.

É certo que a CEAA teve seus desdobramentos diferenciados nos distintos estados, territórios e municípios do País. Mas sua importância como primeira iniciativa do Estado Nacional para a alfabetização de adolescentes e adultos é inegável. Inaugurou, dessa forma, outras iniciativas com a mesma finalidade até os dias atuais, porém com permanências históricas incômodas como o apelo ao voluntariado, o apelo patriótico, a perspectiva de homogeneizar a população, desconsiderando a diversidade do adolescente e do adulto do campo e da cidade, de etnias, religiões e experiências laborativas distintas e, sobretudo, com a visão do analfabeto como tábua rasa.

REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular**. Brasília: Líber Livro, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento de Nacional de Educação. **Campanha de Educação de Adultos**. Rio de Janeiro, 1950.
- COSTA, Gilda de Araujo. A campanha nacional de alfabetização de adolescentes e adultos de 1947. **Revista Pró-Discendente**, v.1,n.1, p.05-14, Vitória, Programa de Pós-Graduação em Educação, agosto de 1995.
- FÁVERO, Osmar. **Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)**. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>. Acesso em 10 de out.2010.
- GOMES, A.M.de C. O redescobrimento do Brasil. In. Oliveira, L.L et al (Orgs.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.109-150.
- HOBBS, T. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- HORTA, J.S.B. **O hino, o sermão e a ordem: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Fundamentos e Metodologia do Ensino Supletivo: Curso de orientação pedagógica de Professores**. Fundação Getúlio Vargas em cooperação com o Departamento Nacional de Educação. Campanha de Educação de Adultos, publicação nº 12, Rio de Janeiro, Agosto de 1950. CPDOC/FGV ref. 374.7(81)/F981.
- _____. **Educação comparada**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961.
- _____. **Introdução ao estudo da nova escola: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1983.